

## Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

## Aviso n.º 2947/2008

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 26 de Novembro de 2007, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização a Raul António de Melo Cabral, natural de Bissau, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido a 21/04/1957, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro e pelo Decreto-Lei n.º 37/97, de 31 de Janeiro.

14 de Janeiro de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

## Despacho n.º 3048/2008

Por despacho do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 13 de Dezembro de 2007, foi concedido o Estatuto de Igualdade de Direitos e Deveres previsto no Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, e nos termos do artigo 15 da Resolução da Assembleia da República n.º 83/2000 de 14 de Dezembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 154/2003, de 15 de Julho, aos cidadãos brasileiros:

	Data de nascimento
Breno Novais Frazão	28-3-85
Ronaldo Magno de Oliveira	12-3-68
Meire Aparecida Bianuci	6-6-71
Simone Cardoso Coqueiro Oliveira	9-6-73
Bruno Henrique Gonçalves Ribeiro	30-3-83
Eliane Maria da Silva Gamito	25-11-78
Pedro Henrique Costa Campos	18-4-84
Renato Costa Pinto Portilho	19-11-83
Sebastião Ferreira Lopes	19-7-67
Wanderley Pedrosa França	13-8-67
Dirceu Barbosa Bueno	28-6-62
Michael Richard Figueiredo	9-3-89
Carolina Sales Feitosa	7-4-81
Maria Aparecida Azanha da Silva	29-9-69
Domingos de Oliveira	20-8-67

15 de Janeiro de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

## MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto  
e da Justiça

## Despacho n.º 3049/2008

Concretizada, no plano legislativo, a reforma orgânica do Ministério da Justiça, através da qual foi possível a diminuição do número de serviços e dos recursos a eles afectos, objectivo central do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE), a par da promoção da cidadania, do desenvolvimento económico e da qualidade dos serviços públicos, importa completar a equipa dirigente de nível superior da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça.

Assim e considerando a competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas ao exercício do cargo, como se evidencia pela síntese curricular publicada em anexo ao presente despacho, nomeio ao abrigo do disposto nos artigos 18º e 19º da lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, conjugados com os artigos 11º, 26º e 29º do Decreto-Lei n.º 206/2006, de 27 de Outubro, e com os artigos 3º e 9º do Decreto Regulamentar n.º 50/2007, de 27 de Abril, o licenciado João Carlos Ouro Sardinha para exercer, em comissão de serviço, o cargo de secretário-geral-adjunto do Ministério da Justiça.

O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2008.

2 de Janeiro de 2008. — O Secretário de Estado Adjunto e da Justiça, *José Manuel Vieira Conde Rodrigues*.

## Curriculum vitae

## Dados pessoais:

Nome: João Carlos Ouro Sardinha  
Estado civil: Casado  
Nacionalidade: Portuguesa  
Data de nascimento: 08/04/62  
Naturalidade: Cartaxo

## Formação académica:

Mestrando em Gestão Empresarial pelo INDEG-ISCTE  
Seminário de Alta Direcção — INA (Dezembro 2005)  
Licenciatura em Geografia — Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa  
Estágio no ramo educacional

## Experiência profissional:

Vogal do Conselho de Direcção dos Serviços Sociais do Ministério da Justiça  
Técnico Superior do IIEFP: Unidade de Formação Centro de Formação Profissional de Santarém Delegação de Lisboa e Vale do Tejo  
Funções: Gestão, Planeamento, Coordenação e Acompanhamento das diferentes modalidades de Formação Profissional — Educação e Formação, Aprendizagem, Qualificação Inicial e Reconversão Profissional.  
Professor Profissionalizado de Geografia  
Formador Certificado — Instituto do Emprego e Formação Profissional Militar do Quadro Permanente da Força Aérea Portuguesa

## Direcção-Geral da Administração da Justiça

## Despacho (extracto) n.º 3050/2008

Por despacho do Subdirector-Geral de 12-12-07, por delegação de competências da Directora-Geral (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 159, de 20-08-2007):

Maria da Felicidade André Domingues, técnica — Profissional de 2.ª classe de nomeação definitiva, do quadro de pessoal Civil do Exército (instituto de Odivelas) — nomeada definitivamente, precedendo concurso, Técnica- Profissional de 1.ª classe do quadro de pessoal desta Direcção-Geral, com efeitos a 17 de Dezembro de 2007, ficando posicionada no escalão 5, índice 269.

26 de Dezembro de 2007. — A Directora de Serviços, *Helena de Almeida Esteves*.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO  
DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONALGabinete do Secretário de Estado do Ordenamento  
do Território e das Cidades

## Despacho n.º 3051/2008

Com vista à execução do Muro de Protecção à Estrada Municipal do Lugar da Cruz de Agra — Obras complementares à Conduta Adutora da ETA de Castelo de Paiva a Entre-os-Rios, no âmbito do Projecto de Execução da 2.ª Célula da ETA de Castelo de Paiva e outros trabalhos no sector Paiva, a desenvolver no município de Castelo de Paiva, veio a “Aguas do Douro e Paiva, S. A.”, criada pelo Decreto-Lei n.º 116/95, de 29 de Maio, requerer ao Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional, nos termos dos artigos 1.º, 12.º a 15.º e 19.º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99 de 18 de Setembro, a declaração de utilidade pública, com carácter de urgência, da expropriação de uma parcela de terreno, localizada no Lugar de Cruz de Agra, freguesia de São Martinho de Sardoura, concelho de Castelo de Paiva, identificada no mapa e assinalada na planta, constantes do presente processo.

Assim, no exercício das competências que me foram delegadas pelo Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, nos termos do Despacho n.º 16162/2005, de 5 de Julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 141, de 25 de Julho de 2005, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 1.º, 10.º, 12.º, 13.º n.º 1, 14.º n.º 1 e 15.º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99 de 18 de Setembro e com os fundamentos constantes da informação n.º 258/DSO/2007, de 11 de Dezembro de 2007, da Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, declaro a utilidade pública e atribuo carácter urgente à expropriação da parcela de terreno identificada no mapa e planta anexos ao presente despacho e que dele fazem parte integrante, necessária à execução do Muro de